



# DE 21 A 25 DE JULHO DE 2014 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

## ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projecto de Resolução 1097/XII](#)

Sobre o novo Quadro Comunitário "Portugal 2020"

Autoria PCP

### ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 246/XII](#)

Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro

[Decreto da Assembleia 247/XII](#)

Prorroga o prazo de suspensão das disposições de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e das cláusulas de contrato de trabalho, procedendo à segunda alteração da Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho

[Decreto da Assembleia 248/XII](#)

Procede à 31.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, qualificando os crimes de homicídio e de ofensas à integridade física cometidos contra solicitadores, agentes de execução e administradores judiciais

[Decreto da Assembleia 249/XII](#)

Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto, à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de Setembro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de Junho, e à quinta alteração ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de Maio

[Decreto da Assembleia 250/XII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de Novembro, que cria um regime extraordinário de protecção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil

[Decreto da Assembleia 251/XII](#)

Estabelece normas de acesso a cuidados de saúde transfronteiriços e promove a cooperação em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, transpondo a Diretiva n.º 2011/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Março de 2011, e a Diretiva de Execução n.º 2012/52/UE da Comissão, de 20 de Dezembro de 2012

[Decreto da Assembleia 252/XII](#)

Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais

[Decreto da Assembleia 259/XII](#)

Aprova o regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos

[Decreto da Assembleia 262/XII](#)

Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de protecção social convergente, procedendo à oitava alteração ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, e alterando ainda o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro

[Decreto da Assembleia 263/XII](#)

Estabelece as condições aplicáveis aos empréstimos destinados à aquisição ou construção de habitação própria de deficientes das forças armadas e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 230/80, de 16 de Julho

[Decreto da Assembleia 264/XII](#)

Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão no prazo máximo de quatro anos

## ÁGUAS E RESÍDUOS

[Decreto-Lei n.º 114/2014. D.R. n.º 138, Série I de 2014-07-21](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de facturação detalhada previsto na [Lei n.º 12/2014](#), de 6 de Março, que procedeu à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 194/2009](#), de 20 de agosto, relativamente aos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos

## ENERGIA

[Despacho n.º 9480/2014. D.R. n.º 139, Série II de 2014-07-22](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Determina os valores para efeitos da remuneração do diferimento da repercussão nas tarifas de energia eléctrica de 2014 do montante não repercutido do ajustamento anual da compensação devida pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia, referente ao ano de 2012

**FINANCEIRO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2014. D.R. n.º 142, Suplemento, Série I de 2014-07-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o prazo de indisponibilidade das acções, no âmbito do processo de reprivatização do capital social da Empresa Geral de Fomento, S. A.

[Despacho n.º 9456-A/2014. D.R. n.º 138, 2.º Suplemento, Série II de 2014-07-21](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra

Referente à determinação da prestação pecuniária inicial a efectuar pelo concorrente vencedor no processo de reprivatização da Empresa Geral de Fomento, S.A.

[Despacho n.º 9456-B/2014. D.R. n.º 138, 2.º Suplemento, Série II de 2014-07-21](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra

Referente à determinação da prestação de garantia bancária no âmbito do processo de reprivatização da Empresa Geral de Fomento, S.A.

[Aviso n.º 8556/2014. D.R. n.º 142, Série II de 2014-07-25](#)

Ministério das Finanças - Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Taxa de referência para o cálculo da bonificações (TRCB) a vigorar entre 1 de Julho e 31 de Dezembro de 2014

**BANCO DE PORTUGAL**

[Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2014. D.R. n.º 138, Série II de 2014-07-21](#)

Banco de Portugal

Revoga os Avisos do Banco de Portugal n.ºs 1/2002, 10/2003 e 10/2005, relativos às cobranças por débito directo e às cobranças intrabancárias por débito em conta

[Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2014. D.R. n.º 140, Série II de 2014-07-23](#)

Banco de Portugal

Determina a aplicação às instituições de moeda electrónica dos Avisos do Banco de Portugal n.ºs 3/2008, 10/2008 e 8/2009

Comunicados

[Relatório de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalho de 2013](#)

Instrução

[N.º 14/2014 - Aplicabilidade de Instruções às Instituições de Moeda Electrónica.](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## FISCAL

[Portaria n.º 149/2014. D.R. n.º 141, Série I de 2014-07-24](#)

Ministério das Finanças

Procede à regulamentação do [Decreto-Lei n.º 21/2013](#), de 15 de Fevereiro, relativo ao regime de utilização da transmissão electrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos e revoga a [Portaria n.º 767/2007](#), de 9 de Julho

## MECANISMO FINANCEIRO DO ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-A/2014. D.R. n.º 142, Suplemento, Série I de 2014-07-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração à [Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2012](#), de 14 de Março, que cria a estrutura de gestão dos fundos do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 em Portugal e aprova as respectivas regras de operacionalização

## TRABALHO E EMPREGO

[Portaria n.º 149-A/2014. D.R. n.º 141, Suplemento, Série I de 2014-07-24](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Cria a Medida Estímulo Emprego

[Portaria n.º 149-B/2014. D.R. n.º 141, Suplemento, Série I de 2014-07-24](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Segunda alteração à [Portaria n.º 204-B/2013](#), de 18 de Junho, que cria a medida Estágios Emprego

Parecer do Conselho Geral sobre a "[incompatibilidade do exercício da advocacia, em regime de estágio, com a celebração de contratos de estágio previstos na Portaria n.º. 204-B/2013 de 18 de Junho](#)".

## TMT

[Comissão Europeia apresenta 18.º relatório de implementação](#)

Relatório apresenta dados sobre o mercado europeu das telecomunicações e a regulação na União Europeia.

[Como lidar com problemas na contratação de serviços - Portal do Consumidor](#)

O operador deve informá-lo sobre todas as condições do serviço e não deve omitir informação relevante. Conheça os seus direitos.

## TRANSPORTES

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2014. D.R. n.º 139, Série I de 2014-07-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina o início do processo de abertura à iniciativa privada dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A., e Metro do Porto, S.A., através da subconcessão dos serviços

## RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014/A. D.R. n.º 141, Série I de 2014-07-24](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A](#), de 4 de agosto, que define e caracteriza o património baleeiro regional e estabelece medidas e apoios destinados à respectiva inventariação, recuperação, preservação e utilização

[Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2014/A. D.R. n.º 141, Série I de 2014-07-24](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Altera a Orgânica do XI Governo Regional dos Açores

## RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 5-A/2014/M. D.R. n.º 140, Suplemento, Série I de 2014-07-23](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Altera o regime jurídico da derrama regional

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA EU

#### ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

##### Directiva

Diretiva 2014/86/UE do Conselho, de 8 de Julho de 2014, que altera a Diretiva 2011/96/UE [relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes](#)

Diretiva 2014/93/UE da Comissão, de 18 de Julho de 2014, que altera a Diretiva 96/98/CE do Conselho [relativa aos equipamentos marítimos](#)

##### Regulamentos

Regulamento do Banco Central Europeu (UE) n.o 795/2014, de 3 de Julho de 2014, [relativo aos requisitos de superintendência de sistemas de pagamentos sistemicamente importantes](#) (BCE/2014/28)

 **COMISSÃO EUROPEIA**

[Proteger as pequenas empresas dos gigantes da indústria alimentar](#)

UE apela à adopção de medidas para proteger as pequenas empresas do sector alimentar de práticas desleais utilizadas por alguns dos maiores produtores e supermercados do sector.

[155 pequenas empresas contempladas na primeira leva de subvenções do instrumento da UE a favor das PME](#)

A Comissão Europeia anunciou os primeiros resultados do seu novo instrumento a favor das PME, lançado no âmbito do Programa-Quadro Horizonte 2020, e que dispõe de uma verba de 3 mil milhões de euros para ajudar as pequenas empresas inovadoras a transformarem as suas ideias em produtos comercializáveis.

[Eficiência energética, emprego e PME são prioridades da política de coesão da UE para 2014-2020, refere novo relatório da Comissão](#)

O 6.º Relatório da Comissão Europeia sobre Coesão Económica, Social e Territorial revela que a política de coesão da UE está a avançar na concretização dos objectivos de crescimento da estratégia Europa 2020, através da criação de postos de trabalho e da redução das disparidades em toda a Europa. Analisando prospectivamente o período de 2014-2020, o relatório descreve a forma como os investimentos serão orientados para áreas fundamentais, como a eficiência energética, o emprego, a inclusão social e as PME, de modo a que se façam em benefício dos cidadãos.

[COSME: Comissão Europeia e Fundo Europeu de Investimento assinam acordo que aumenta exponencialmente as oportunidades de financiamento das PME](#)

As pequenas e médias empresas (PME) na Europa terão brevemente acesso a 25 mil milhões de euros de financiamento adicional, em resultado de um acordo assinado hoje entre a Comissão Europeia e o Fundo Europeu de Investimento (FEI).

Consulta pública

[Consulta pública sobre a avaliação da Diretiva relativa aos Agentes Comerciais \(86/653/CEE\)](#)

25.07.2014 – 31.10.2014

## PORTAL DO GOVERNO



### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 24 DE JULHO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Proposta de lei que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas.
- Alteração do regime do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública de forma a permitir a instituição de programas de estágios adaptados às condições específicas de determinados órgãos e serviços.
- Alteração à orgânica do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., (IPDJ), adaptando-a à nova Lei Quadro dos Institutos Públicos.
- Resolução que fixa os termos e condições do regime de indisponibilidade das acções no âmbito do processo de reprivatização do capital social da Empresa Geral de Fomento, S.A..
- Alargamento do âmbito de aplicação do diploma que estabeleceu os princípios da fixação dos valores das portagens a cobrar a veículos pesados de mercadorias pela utilização das infra-estruturas rodoviárias, transpondo uma directiva da União Europeia relativa à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infra-estruturas
- Regulamento das Embarcações Utilizadas na Actividade Marítimo-Turística

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012*

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano  
*The Lawyer European Awards, 2012*

 25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012*